

**4CCSADEMT01****A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS POR CATEGORIA ECONÔMICA NO PERÍODO DE 1980 A 2007**Jorge Henrique Norões Viana <sup>(2)</sup>, Ivan Targino Moreira <sup>(3)</sup>

Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Departamento de Economia/MONITORIA

**RESUMO**

Este artigo analisa o comportamento das receitas da União durante o período de 1980 a 2007, tanto em sua forma agregada (receitas totais), como em suas formas um pouco mais desagregadas (Receitas Correntes, Receitas de Capital e Operações de Crédito – Refinanciamento). Os dados necessários à elaboração do trabalho foram obtidos no site do Banco Central. Os dados em valores nominais foram deflacionados, utilizando-se o IGP-DI, ano base 2007. Para a análise, trabalhou-se com as taxas de crescimento das variáveis estudadas. Os gráficos serviram para ilustrar as principais tendências. A fundamentação teórica do trabalho está pautada nos ensinamentos da contabilidade nacional, de um lado, e no modelo keynesiano, que estabelece uma relação entre o desempenho das receitas públicas e o comportamento do PIB, de outro lado. Ao final verificou-se que, não apenas o valor do Produto Interno Bruto, mas também a inflação, a dívida pública e as tentativas deliberadas de sanar o déficit público brasileiro, tiveram grande influência sobre o comportamento das receitas públicas entre 1980 e 2007.

**Palavras-Chave:** Receitas Públicas. Política econômica. Brasil.

**I - INTRODUÇÃO**

Este trabalho objetiva analisar a evolução das receitas federais brasileiras, durante o período de 1980 a 2007, bem como comparar a evolução dessas receitas com a evolução do PIB (Produto Interno Bruto) no período mencionado.

O trabalho encontra-se dividido em cinco partes além desta introdução. A primeira delas é a descrição da fundamentação teórica, onde foram expostos alguns dos conceitos da teoria econômica que permearam a elaboração deste artigo. A seção seguinte trata da metodologia da pesquisa, onde foram explicitados a fonte das informações, as variáveis empregadas e o tratamento dispensado aos dados. Explicitada a metodologia, na seção terceira, seguiu-se para a análise e discussão das principais tendências com base nos dados tabelados, além do uso de alguns gráficos para melhor ilustrar as análises. Na quarta parte, está apresentada a discussão do trabalho. Por fim, estão listadas as referências, onde os interessados podem encontrar, com detalhamento, todas as fontes que foram utilizadas na elaboração deste artigo.

---

<sup>1)</sup> Bolsista, <sup>(2)</sup> Voluntário/colaborador, <sup>(3)</sup> Orientador/Coordenador <sup>(4)</sup> Prof. colaborador, <sup>(5)</sup> Técnico colaborador.

## II – DESCRIÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância de se analisar o comportamento das receitas reside no fato de que elas são as principais formas de financiamento dos gastos do governo. As outras formas são: 1) a emissão de papel moeda, o que traz o problema da inflação junto consigo. 2) o endividamento, seja ele através da colocação de títulos públicos à venda, seja pela tomada de empréstimos junto a organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que carregam a desvantagem de ter-se de pagar juros sobre os valores recebidos, e representam um acréscimo da dívida pública.

No entanto, seria ilusório pensar que o financiamento através de um aumento nas receitas não traz custos implícitos. Estes custos existem e não são insignificantes. Quando o governo, para aumentar suas receitas aumenta, por exemplo, a alíquota do imposto de renda pessoa física (política fiscal contracionista), isto faz com que os indivíduos de uma economia diminuam suas despesas com consumo, pois caíram suas rendas disponíveis, das quais o consumo é função direta. (BLANCHARD, 1999)

Existe ainda uma outra visão além da visão keynesiana apresentada acima, é a visão novo-clássica, que tenta mostrar que estes aumentos nos impostos, necessários para um aumento nas receitas, não teriam um impacto significativo sobre as despesas de consumo, desde que estes aumentos fossem vistos como temporários. Este argumento é conhecido na literatura econômica como Equivalência Ricardiana, em homenagem ao economista David Ricardo, que primeiro formulou este conceito.

De acordo com a equivalência Ricardiana a soma do valor descontado para o presente do consumo dos indivíduos, no momento presente e futuro, deve ser menor ou igual à soma das rendas disponíveis, descontadas para o presente, no momento atual e no futuro, de modo que um aumento nos tributos visto como temporário faria com que as pessoas apenas poupassem menos, mantendo seus consumos inalterados.

No entanto, é bom ter sempre em mente o que diz Musgrave:

Embora as operações de finanças públicas envolvam fluxos monetários de receitas e despesas, os problemas básicos [das Finanças Públicas] não são tópicos financeiros. Eles dizem respeito à moeda, liquidez ou mercados de capitais; são, isto sim, problemas de alocações de recursos, de distribuição de renda, de pleno emprego e de estabilidade de nível de crescimento. (MUSGRAVE, 1976)

## III - METODOLOGIA

A metodologia usada consistiu na coleta dos dados das receitas do governo no período 1980-2007 em valores nominais, disponibilizadas pelo Tesouro Nacional. Em seguida, estes foram deflacionados para reais de 2007, com base no IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas, coletado na página do IPEA DATA.

Para os fins de análise as receitas foram definidas nos seguintes subgrupos:

- **Receitas Correntes:** As receitas correntes compreendem: as receitas tributárias, as contribuições, as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços e outras e, ainda, as transferências correntes (provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes) e outras receitas correntes.
- **Receitas de Capital:** As receitas de capital incluem as operações de crédito (exclusive os valores referentes ao financiamento da dívida pública), as alienações de bens, as amortizações de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Para verificar o comportamento destes subgrupos foram elaborados gráficos, que além dos valores reais dos mesmos.

Além das variáveis relativas às receitas da União, foram também levantadas informações a respeito do valor do produto interno bruto brasileiro (doravante apenas PIB), que o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país durante um determinado período de tempo. Da mesma maneira que os valores das receitas, os valores do PIB foram deflacionados pelo IGP-DI. Ressalta-se que o valor do PIB de 2007 é o seu valor estimado, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil em sua página na internet.

## **IV - RESULTADOS**

### **4.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

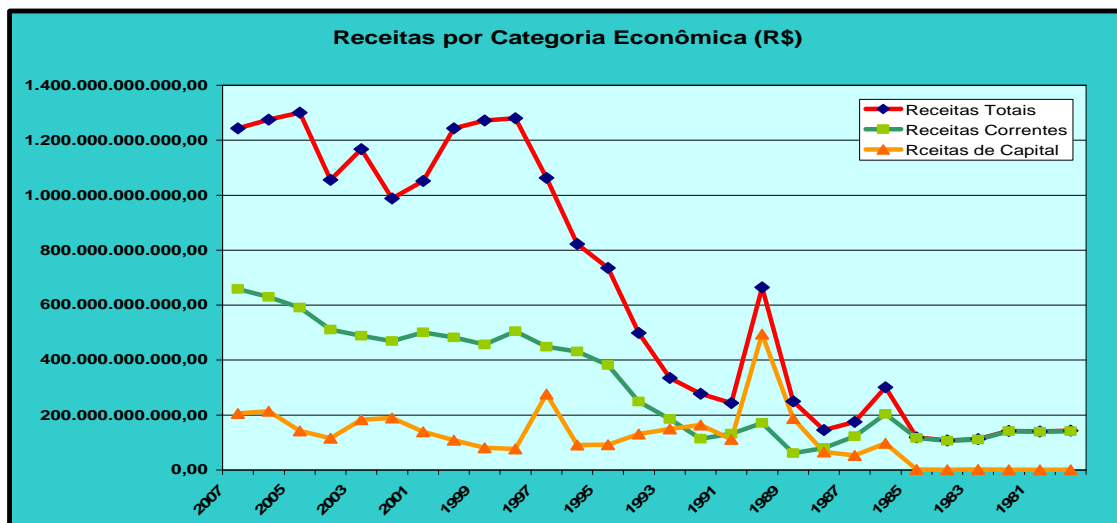
Considerando a totalidade do período em estudo, pode-se afirmar que existe uma tendência de forte crescimento das receitas da União. Dois fatores principais concorreram para isto: o crescimento do PIB e a melhoria da eficiência da máquina de arrecadação. Apesar dessa tendência geral, é possível identificar, no período, quatro momentos bem distintos: a) a primeira metade da década de 80, quando as receitas mostraram-se levemente decrescentes, em virtude das perturbações econômicas que caracterizaram aquela fase da economia nacional (aceleração inflacionária, aumento da dívida externa, recurso ao FMI, etc); b) a segunda metade da década de 80 é caracterizada por dois picos de crescimento das receitas; o primeiro relacionado com Plano Cruzado (cujas medidas permitiram o crescimento do PIB) e o segundo com o Plano Collor (cujo confisco dos ativos financeiros permitiu um forte aumento das receitas governamentais); c) de 1991 a 1997, verifica-se uma forte tendência de crescimento das receitas motivada, sobretudo, pela estabilização econômica pós-plano Real e pela política de privatização; d) de 1998 a 2007, constata-se uma fase de decréscimo das receitas correspondendo ao segundo governo FHC (ajustes internos para superar as crises

financeiras que levaram a um nível bastante baixo de crescimento da economia) e uma retomada das receitas durante o governo Lula.

De um modo geral, o comportamento das receitas correntes e das receitas de capital seguiu a trajetória das receitas totais.

GRÁFICO 1 – Brasil: Evolução das receitas da União por categorias econômicas  
1980 – 2007

(valores em reais de 2007)



Fonte: Tesouro Nacional

Verificou-se ainda que entre 1980 e 2007 as receitas correntes foram sempre superiores às receitas de capital, com exceção do período compreendido entre 1989 e 1993, período este de elevadíssima inflação no país. Ao contrário do esperado, esta inflação elevada levou a um acréscimo nas receitas brasileiras ao invés de um decréscimo, o que ficou conhecido como efeito Bacha -ou efeito Tanzi às avessas (GIAMBIAGI, 1999). Este efeito por sua vez, pode ter sido mais forte sobre as receitas de capital do que as receitas correntes o que explicaria este comportamento entre 1989 e 1993.

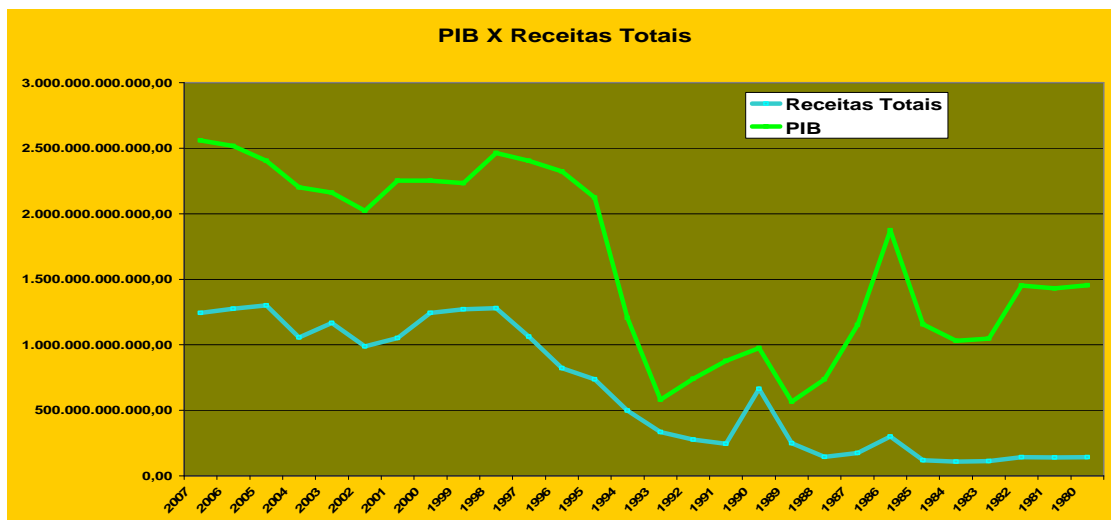
#### 4.2 RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E O PIB

Como se pode notar a partir do gráfico 2, o PIB e as Receitas Totais estão intimamente correlacionados de maneira positiva ao longo de todo o período, como já fora mencionado na seção anterior, ou seja, na medida em que aumenta o PIB aumentam também as receitas totais, já que grande parte dessas receitas dependem positivamente do PIB, como por exemplo, o imposto de renda ou as receitas agropecuárias e industriais, classificadas como receitas correntes.

Em outras palavras, as receitas totais são, em grande parte, função direta do PIB. Esse resultado está consoante com a teoria econômica que afirma ser o nível de produção de uma economia o principal determinante das receitas públicas.

GRÁFICO 2 – Brasil: Evolução do PIB e das receitas totais (1980 – 2007)

(valores em reais de 2007)



Fonte: Tesouro Nacional, IPEADATA e Banco Central do Brasil.

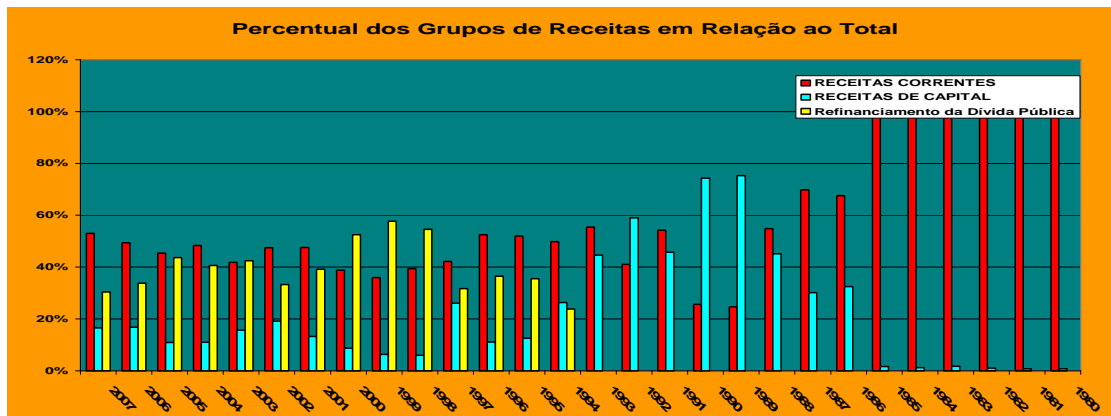
#### 4.3 EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

Nesta penúltima seção, foi analisado o comportamento da contribuição para as receitas totais dos dois principais grupos de contas, receitas correntes (em vermelho) e receitas de capital (em azul), além da contribuição das receitas frutos de refinanciamento da dívida pública (em amarelo).

GRÁFICO 3 – Brasil: Participação dos grupos de receitas no total das receitas

1980 – 2007

(valores em reais de 2007)



Fonte: Tesouro Nacional

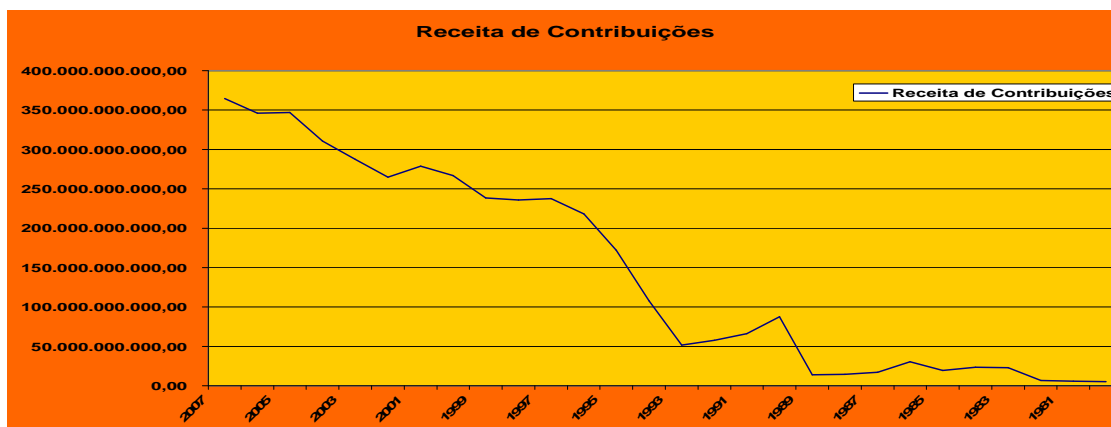
É fácil visualizar que, no início da década de 1980, as Receitas de Capital eram praticamente insignificantes no universo das receitas totais. Porém, a partir de 1987, esta participação começou a crescer, passando de 2%, em 1985, para 32%, em 1986, e atingindo o ponto máximo, em 1989, quando foi responsável por 75% das receitas, enquanto as Receitas Correntes eram responsáveis por apenas 25%. Esse comportamento pode ser explicado pelo processo inflacionário. Com efeito, no período hiperinflacionário brasileiro, as receitas de capital acompanham o movimento ascendente da inflação. Com a implantação do Plano Real, na medida em que a inflação começa a cair a partir de 1993, cai também a participação desta conta no total da arrecadação.

Outro fenômeno interessante aconteceu ao mesmo tempo em que caía a participação da conta de capital. Trata-se do aumento da participação da conta de receitas correntes, de um lado, e do aumento do percentual cabido às operações de refinanciamento da dívida pública, de outro lado. Este último era da ordem de 0%, em 1993, e passou para 24%, em 1994, continuando a crescer até 1999, quando atingiu a marca de 58%. A partir deste ano, começou a cair, mas se manteve acima dos 30% o que sugere um aumento nos refinanciamentos da dívida, devido ao estouro da dívida pública a partir de 1994, com o início do Plano Real (GIAMBIAGI e ALEM, 1999)

#### 4.4 EVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

A partir do gráfico 4, verifica-se que durante o período analisado, as receitas de contribuições apresentaram uma forte tendência de crescimento, em especial, no início da década de 1990, mais precisamente em 1993, estas receitas começaram a crescer de maneira incrivelmente acentuada, sugerindo a criação de novas contribuições como forma de sanar o déficit público, um dos pontos centrais dentro do pacote do Plano Real, na tentativa de alcançar a tão sonhada estabilização da economia brasileira e acabar com a hiperinflação.

GRÁFICO 4 – Brasil: Evolução das receitas de contribuições (1980 – 2007)



Fonte: Tesouro Nacional

Deve-se lembrar, também, que o aumento das receitas de contribuições foi uma estratégia adotada pelo governo federal para “driblar” o engessamento das receitas federais decorrente da Constituição de 1988. Como é sabido, o progressivo aumento das transferências de recursos da União para os estados e, principalmente, para os municípios comprometeu o volume das receitas da União disponível para financiar os gastos federais. Desse modo, a União procurou aumentar as receitas que não fazem do bolo a ser repartido com os outros entes federativos. Nesse particular, merece destaque as receitas provenientes do COFINS (GIAMBIGI e ALEM, 1999).

## V - CONCLUSÃO

Da análise efetuada podem ser destacados os seguintes aspectos:

- a) a trajetória das receitas, considerando o período como um todo, foi de Ascenso, não obstante ser possível detectar quatro sub-períodos bem diferenciados;
- b) as receitas correntes e de capital seguiram o mesmo desempenho das receitas totais;
- c) a evolução das receitas seguiu percurso semelhante ao percorrido pelo PIB, no período como um todo, mantendo sempre uma correlação positiva com o mesmo.
- d) o comportamento das receitas de capital foi bastante peculiar no período de maior conturbação na economia brasileira, contrariando as previsões de queda, elevou-se de maneira acentuada;
- e) as receitas provenientes do refinanciamento da dívida pública aumentaram de maneira significativa sua participação nas receitas totais a partir de 1994, o que pode ser explicado pelo grande aumento na dívida a partir deste ano;
- f) por último verificou-se um forte crescimento nas receitas de contribuições a partir de 1993, como estratégia do governo federal de superar os constrangimentos impostos pela Constituição de 1988.

## VI - REFERÊNCIAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Claudia. **Finanças públicas**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?2004720890>. Acesso em: 20/10/2007

N. GREGORY MANKIW. **Macroeconomia**. 5ª ed. São Paulo: LTC 2004

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del1939.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del1939.htm). Acesso em:  
10/03/2008

RICHARD A. MUSGRAVE. **Teoria das Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas. 1976

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1995

TESOURO NACIONAL. Disponível em:  
[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est\\_contabil.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp). Acesso em: 20/09/2007